

## **Práticas sustentáveis no cotidiano: o que a administração tem a aprender com elas?**

### **Sustainable practices in everyday life: What the administration has to learn with them?**

Talita Ravagnã Piga <sup>1</sup>  
Sonia Regina Vargas Mansano <sup>2</sup>

#### **Resumo**

É notável que a preocupação com o meio ambiente tornou-se cada vez mais ampla e globalizada, sendo debatida em diversas conferências internacionais sobre meio ambiente. Um dos resultados de tais conferências pode ser encontrado no envolvimento direto do Estado para com a questão, manifesto por meio da formulação e implementação de leis e políticas públicas. Mas, para além das ações estatais, há uma dimensão micropolítica que se organiza e dissemina em grupos sociais menores, acionando o cidadão para o enfrentamento da problemática do meio ambiente de maneira local. Nesse viés, o presente estudo teórico teve por objetivo realizar um diálogo entre as teorias que analisam a temática da sustentabilidade na área de administração e as produções sociais que acontecem no cotidiano de indivíduos anônimos, buscando compreender como pessoas comuns tornaram-se mais atentas e preocupadas com o meio ambiente, desenvolvendo ações de proteção, sensibilização e militância em prol de uma vida sustentável.

**Palavras chave:** Administração. Produções sociais. Sustentabilidade. Política.

#### **Abstract**

It is remarkable that the concern for the environment has become increasingly broader and globalized, being discussed at various international conferences about environment. One result of such conferences can be found on the direct involvement of the State towards the issue, manifests through the formulation and implementation of laws and public policies. But,

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília, Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina-UEL, Professora e coordenadora do curso de administração da Faculdade de Ciências Educacionais e Sistemas Integrados - FACESI, Brasil. Contato: [talita.rpiga@gmail.com](mailto:talita.rpiga@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina-UEL, Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, Universidade Estadual de Londrina-UEL, Brasil. Contato: [mansano@uel.br](mailto:mansano@uel.br)

beyond state actions, there is a micro political dimension that organizes and disseminates into smaller social groups, activating citizens to confront the issue of the environment in a local way. In this way, the present theoretical study had the objective to carry out a dialogue between theories that analyze sustainability issues in the area of administration and social productions that occur in the everyday of anonymous individuals, seeking to understand how common people have become more aware and concerned with the environment, developing protective actions, sensibilization and militancy for the sake of a sustainable life.

**Key words:** Administration. Social Productions. Sustainability. Politic.

## 1. Introdução

A complexa relação entre o homem e a natureza vem se efetuando diferentemente em cada momento histórico. Debates sobre os problemas referentes a esta relação são cada vez mais frequentes, principalmente nesta última década, quando pesquisas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004; WORLDWATCH INSTITUTE, 2010; SILVERWOOD-COPE et al., 2011) têm confirmado um diagnóstico preocupante sobre a vida no planeta. Estão envolvidas nesses debates várias áreas de conhecimentos, como a sociologia, economia, direito e biologia, consideradas representativas na formulação e disseminação de ideias e conceitos ligados à problemática. A participação da área de administração torna-se cada vez mais significativa nessas discussões, dada a importância que conquistou neste tempo histórico em que o número de organizações aumenta a cada dia, impactando econômica, social e ambientalmente a vida da população.

A criação de um conceito como o de “desenvolvimento sustentável” (BRUNDTLAND, 1991), ainda que seja alvo de muitas críticas, expressa as preocupações mais politizadas e globais, amplamente debatidas em conferências internacionais sobre meio ambiente, as quais vêm sendo realizadas de maneira sistemática desde o final da década de 1960. Um ponto de suma importância em relação à preocupação ambiental debatido nessas conferências é demonstrado pelo envolvimento direto do Estado com a problemática, que se manifesta por meio da formulação e implementação de políticas públicas e leis de proteção, abrangendo dimensões macro e/ou micropolíticas.

Ocorre que, além das formulações científicas, legais e estatais que tratam desta temática, diversas outras ações relacionadas à preocupação ambiental estão se efetivando. É perceptível a emergência de iniciativas e práticas ligadas ao cuidado com o meio ambiente, advindas de agentes distintos que estão localizados nas mais diversas partes do mundo. Trata-se de uma dimensão micropolítica que se organiza e dissemina em grupos sociais menores, acionando o cidadão a enfrentar a problemática do meio ambiente de maneiras informais e contextualizadas. Essas iniciativas, por vezes, questionam a ação do Estado e buscam agir de maneira situada, valendo-se da ação política que acontece no cotidiano, mobilizando forças menores ou micropolíticas (GUATTARI, 1997).

Buscando problematizar a preocupação com a questão ambiental, o presente estudo teve por objetivo articular um diálogo entre as teorias que analisam a temática da sustentabilidade na área de administração e as produções sociais que acontecem no cotidiano de indivíduos anônimos, buscando compreender como pessoas comuns tornaram-se mais atentas e preocupadas com as questões relativas ao meio ambiente, desenvolvendo ações de proteção, sensibilização e militância em prol de uma vida sustentável. Para isso, o estudo foi dividido em três partes: primeiramente, realizou-se um breve apanhado histórico sobre as conferências internacionais e suas repercussões políticas; em seguida, foi realizado um

diálogo entre a administração e as teorias filosóficas que visam compreender a importância das produções sociais; e, por fim, foram analisados alguns índices das produções sociais, mostrando como a população brasileira está cada vez mais sensibilizada e envolvida com a discussão ambiental.

## 2. Um pouco de história

Nos primeiros anos da década de 60 do século XX, os problemas ambientais destacaram-se em vários lugares do mundo e, como reflexo disso, algumas publicações e eventos internacionais propiciaram a expansão de uma preocupação ambiental compartilhada. De acordo com Foladori (2001), o livro “Primavera Silenciosa” da bióloga Rachel Carson (1962) é tido como um marco na denúncia que envolve os problemas ambientais causados pelo homem. Além desta obra, nas décadas de 60 e 70, muitas outras participaram do debate ambiental, abordando-o de maneira crítica.

Se antes desse período a natureza era vista sob um aspecto mais contemplativo à época da criação de parques de preservação e movimentos ecológicos primários, com o passar do tempo novas práticas foram surgindo. Com as publicações literária e acadêmica, feitas por artistas e estudiosos que deram mais visibilidade aos problemas ambientais percorrendo diversos aspectos, a problemática ambiental começou a ganhar espaço de debate e corpo teórico dentro da academia. Após o lançamento do livro de Carson (1962), iniciou-se um ciclo de eventos com o objetivo de discutir, internacionalmente, a relação com o meio ambiente.

Segundo Mota (2001a), em abril de 1968, um grupo de trinta pesquisadores de diversos países e de várias áreas do conhecimento como Demografia, Economia, Sociologia, Engenharia e Geografia, reuniu-se na *Academia dei Lincei*, em Roma, para analisar a situação ambiental presente e futura do homem, cujos resultados foram publicados no relatório “Limites para o Crescimento”. Esse encontro foi um primeiro esforço no sentido de formalizar as questões ambientais no cenário político daquela época, antes mesmo do envolvimento direto do Estado e da Organização das Nações Unidas (ONU) que viria a ser, talvez, o principal agente intermediador da temática em conferências internacionais.

Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, na Suécia, evento que firmou as bases para um novo entendimento das relações entre meio ambiente e desenvolvimento humano, sendo cada vez mais evidente a degradação ambiental pela ação humana (BARBIERI, 2008). Estocolmo ajudou a fortalecer os grupos ambientalistas e a ampliar o seu papel político, como também a promover o desenvolvimento de políticas ambientais nacionais para serem, posteriormente, disseminadas e implementadas em níveis e subníveis que atendessem à hierarquia governamental de cada nação, nas esferas nacional, estadual e/ou municipal. Outro ponto a ser considerado nesta análise histórica é que

[...] a ampla disseminação desse debate na década de setenta e a forte pressão de movimentos ecológicos e ambientalistas transpuseram o tema do meio acadêmico para a sociedade, transformando a questão ambiental numa questão principalmente política (MOTA, 2001b, p. 37).

É notável, em nossos dias, que a questão da sustentabilidade vem ganhando importância em diversas esferas sociais, sendo tematizada tanto nas conferências internacionais sobre meio ambiente quanto na elaboração e implementação de políticas públicas; mas essa importância se expande também nos movimentos sociais organizados e nas iniciativas microssociais. Em tais debates, um conceito bastante utilizado é o de “desenvolvimento sustentável” que foi desenvolvido no Relatório Brundtland (1991). Para Lenzi, a noção de desenvolvimento sustentável:

[...] pressupõe um conceito de sustentabilidade mínima e a existência de aspectos do meio ambiente sem os quais não poderemos satisfazer as necessidades humanas básicas. Se não mantivermos um padrão mínimo de qualidade da atmosfera, dos solos, dos recursos hídricos, a possibilidade de satisfazer necessidades humanas básicas poderá ficar comprometida. Então, garantir esses recursos ambientais não se coloca como uma questão puramente econômica, mas de justiça social (LENZI, 2006, p. 106).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro no período de 3 a 14 de junho de 1992, conhecida também como “Rio-92” ou “ECO-92”, contou com a participação de representantes de 178 países, incluindo cerca de 100 chefes de estado, 4.000 entidades da sociedade civil internacional, além da participação de aproximadamente 500 Organizações Não Governamentais (ONGs) do mundo todo. Tal conferência pode ser considerada, de acordo com Barbieri (2008) como a maior já realizada no âmbito da ONU. Foladori (2001) assinala que esta última teve por objetivo elaborar estratégias e medidas com a finalidade de deter e reverter a degradação ambiental, bem como promover o desenvolvimento sustentável. Nela, foi elaborada uma série de declarações, entre as quais se destacam a convenção sobre mudança climática e uma recomendação para que se estabilizassem as emissões de dióxido de carbono no ano 2000 tomando como referência os níveis que se encontravam em 1990. O principal resultado dessa conferência foi a aprovação de um plano de ação denominado “Agenda 21”. Esta envolve “um documento político com compromissos assumidos pelos Estados, traduzidos em ações concretas, sobre meio ambiente e desenvolvimento” (IPRI, 1993, apud MOTA, 2001a, p. 33). Para Barbieri (2009), a “Agenda 21” é uma espécie de consolidação sistematizada por assuntos que foram tratados em diversos relatórios, acordos e outros documentos intergovernamentais elaborados durante a década de 1990.

Outro evento importante para a consolidação do debate sobre o meio ambiente foi a “Rio +20”, na qual dois aspectos foram amplamente debatidos buscando-se analisar a minimização de danos ambientais: economia verde e pegada ecológica. Uma economia dita verde, levada a debate formalmente pela primeira vez nesse evento, prima pela valorização e incentivo de atividades com baixo teor de emissão de carbono, racionalização dos recursos, integração social, proteção e reforço da biodiversidade e dos serviços fornecidos pelos ecossistemas. Tal economia seria sustentada em três principais pilares: pouca intensidade de emissão de carbono; eficiência no uso dos recursos naturais; e inclusão social (GALLO et al., 2012). Já a chamada “pegada ecológica” refere-se à quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população.

Com base nas exposições históricas feitas até aqui é importante considerar as diferentes críticas que se fazem às conferências, no que tange à elaboração e implementação efetiva de metas e objetivos. É inegável que esse tipo de evento incentiva os indivíduos a voltarem-se à preocupação ambiental que hoje, inegavelmente, é global. Por meio dessas conferências surgem novos conceitos, ideias, propostas de intervenção direta e, sobretudo, de novos acordos, que estão conclamando os Estados e seus governos a se empenharem na criação de estratégias para minimizar danos ambientais em determinados territórios por meio de políticas públicas. Porém, seus limites são inegáveis, em especial no que se refere ao compromisso dos países em levar a cabo tais acordos.

É nesse sentido que importantes atores sociais dispostos a disseminar práticas ambientais ganham importância quando se analisam os movimentos ecológicos. Boa parte deles dissemina valores sociais locais, mas que, em diferentes graus, repercutem em um coletivo mais amplo. São movimentos díspares cuja base social não é limitada por fronteiras de classe (participam deles profissionais de alta qualificação, estudantes, camponeses,

colarinhos brancos, funcionários públicos, operários, pequenos empresários, executivos), sexo, raça ou idade. Assim, tais movimentos atestam um potencial para incorporar diferentes agentes, grupos e realidades sociais (RAMOS, 1981).

Percorrendo brevemente esses eventos e movimentos sociais que aconteceram, em especial na passagem do século XX ao XXI, pode-se notar que, além da história formal dos movimentos de atenção ao meio ambiente (registrado nas conferências e acordos nelas firmados), existe uma série de microiniciativas que estão fora do registro formal, uma vez que envolvem ações menores, localizadas e que estão disseminadas pelo campo social. Tais iniciativas estão em ascensão e já começam a ser alvo de estudos por parte das mais diferentes áreas de conhecimento.

### **3. A área de administração e a sustentabilidade: alguns diálogos**

O problema aqui investigado traz à tona reflexões relativamente pouco exploradas na área de administração que se referem às maneiras como o indivíduo comum sofre efeitos diversos da administração pública e suas políticas ambientais. Estudos mostram (RAMOS, 1981; FERREIRA, 2001) que indivíduos, em seu cotidiano e contexto social, estão cada vez mais preocupados com o meio ambiente. Exemplos dessas situações podem ser encontrados em diferentes grupos organizados que vão desde bandas musicais, que tematizam em suas letras questões ligadas à preocupação com o meio ambiente, passando por artistas plásticos, que expressam em suas obras o cuidado com a natureza, até iniciativas como os chamados “protetores” de animais abandonados, os delatores de crimes ambientais, os protestos de diferentes tipos ou mesmo os indivíduos que fazem greve de fome em prol do que acreditam ser uma militância ambiental.

Ora, o que a área de administração, especialmente da administração pública, teria a aprender com tais iniciativas? Por serem movimentos menores e, por vezes, isolados, eles muitas vezes nem sequer chamam a atenção da administração estatal. Entretanto, em larga medida, eles estão contribuindo para dar visibilidade a um problema que é cada vez mais global e demanda a ampliação de debates. A situação torna-se ainda mais delicada quando esses mesmos grupos desqualificam a ação do Estado mostrando o quanto este falha quando não consegue garantir o cumprimento satisfatório das leis e das políticas ambientais. Tal dificuldade tende a colocar a máquina estatal em descrédito, delegando à população o encargo pela discussão e pela busca de saídas para os problemas ambientais.

É nesse sentido que as teorias organizacionais mais tradicionais mostram certa limitação para analisar as práticas microssociais. Este período histórico, caracterizado por complexas mudanças sociais e organizacionais que são cada vez mais aceleradas, demanda um olhar mais atento às práticas microssociais. Alguns teóricos já buscam um diálogo com tais iniciativas, como, por exemplo, os estudos realizados por Featherstone (1988); Kellner (1988); Parker (1992) e Hassard e Parker (1993). Parte dessas teorias emergiu da interlocução com os trabalhos dos filósofos Jacques Derrida e Michel Foucault. Os textos mais relevantes desses autores têm primado pelo uso de noções como as de fragmentação, textualidade e resistência nas práticas sociais e organizacionais. Alvesson e Deetz afirmam:

Seus temas incluem foco na natureza construída das pessoas e da realidade enfatizando a linguagem como um sistema de distinções que são centrais no processo de construção, argumentando contra as grandes narrativas e os sistemas teóricos de larga escala, como o marxismo ou o funcionalismo, enfatizando a relação poder/conhecimento e o papel das exigências técnicas nos sistemas de dominação, enfatizando o caráter fluido e hiper-real do mundo contemporâneo e o papel dos meios de comunicação de massas e das

tecnologias de informação, e apontando a narrativa/ficção/retórica como central para o processo de pesquisa (ALVESSON; DEETZ, 1999, p. 229).

Com relação à concepção do homem adotada neste estudo, nota-se que o sujeito centrado, como entidade coerente e indivisível, com direitos naturais e autonomia completa, é amplamente questionado. Em seu lugar, ganha espaço uma concepção de sujeito fragmentado e descentrado. Assim, as grandes narrativas presentes em teorias e histórias lineares são substituídas por narrativas parciais, locais, disjuntas, fragmentadas e potencialmente articuladas. A centralidade do sujeito perde terreno para a afirmação de perspectivas múltiplas sobre a produção dos modos de viver e de se relacionar – evidenciando sua dimensão política dessa produção em aberto. Nessa maneira de abordar o humano, o intelectual não tem uma posição privilegiada, uma vez que seu material de trabalho envolve o conhecimento elaborado no cotidiano das relações sociais bem como no agir circunstancial e local. Como não existe uma teoria centralizadora e verdadeira que responda prontamente aos problemas que enfrentamos no que se refere à relação do homem com a natureza, a dimensão política das práticas e dos saberes elaborados é evidenciada e problematizada. Assim, os pesquisadores organizacionais, que adotam esta perspectiva teórica, buscam

[...] desconstruir objetos da vida organizacional, incluindo o próprio conceito limitado de organização. Talvez entre os mais produtivos estejam aqueles que estudaram práticas contábeis. Prejuízo, despesas, e assim por diante, não têm nenhuma realidade sem práticas específicas que as criem (Hopwood, 1987; Power e Laughlin, 1992; Montagna, 1986). Outros ainda têm olhado para o conhecimento e a informação (Boland, 1987). E outros, ainda, têm examinado práticas de reporte (Sless, 1988) e categorias de pessoas (Epstein, 1988) (ALVESSON; DEETZ, 1999, p. 253).

Cada um desses estudos explicita as condições complexas nas quais esses objetos de investigação se articulam com a vida organizacional. Nesse sentido, qualquer tentativa de análise é, por assim dizer, parcial. Nota-se que, apesar das dificuldades, a área da administração tem-se aproximado de tais referências. Entretanto, tal aproximação não é fácil, em vista do questionamento sobre paradigmas e referências já consolidadas que estes teóricos colocam em curso, adotando uma abordagem mais problematizante e crítica.

A esse respeito, é notável a contribuição que se pode buscar na obra de Foucault sobre a noção de problematização. Em seus estudos, ele amplia o entendimento político de temas “marginalizados” como a loucura, o crime e a sexualidade, aos quais dedicou boa parte de suas análises. Percorrendo a maneira como este autor problematiza questões marginais, também se pode compreender e elucidar o caráter complexo da questão ambiental que hoje rouba a cena nas mais diversas perspectivas teóricas. Foucault mostra que a problematização tem toda uma dimensão política e parte

[...] da elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar os problemas para a política. Não creio, por exemplo, que exista nenhuma “política” que possa, diante da loucura ou da doença mental, deter solução justa e definitiva. Mas penso que, na loucura, na alienação, nas perturbações do comportamento, há razões para questionar a política: e essas questões a política deve responder, porém ela jamais responderá totalmente. Da mesma forma, em relação ao crime e à punição: seria errôneo, naturalmente, imaginar que a política nada tem a ver com a prevenção do crime e com seu castigo, portanto ela nada teria a ver com certo número de elementos que modificam sua forma, seu sentido, sua frequência, mas também seria totalmente falso pensar que existe uma fórmula política capaz

de resolver a questão do crime e terminar com ele (FOUCAULT, 2004, p. 228).

Quando destaca a dimensão histórica e política que atravessa seus estudos, Foucault chama a atenção para a inexistência de uma “solução definitiva” que serviria para resolver os problemas, ou ainda, para o quanto de amarras cada uma dessas problematizações possui em razão de estruturas, leis e regulamentações legitimadas no social. Ora, não poderíamos estender essa maneira política de problematizar também para as questões ambientais que hoje colocam o mundo em um estado de crise? Quais os novos desafios ambientais que hoje estão colocados para as diversas áreas de conhecimento, abordagens teóricas e políticas públicas?

Nesse sentido, Pelbart (2010) considera a crise como condição para criação de ações, sendo a resistência uma “força propulsora” de ação que se faz presente em diferentes movimentos sociais. A crise, para este autor, desvela as forças que estão em jogo em uma dada problematização, ou melhor, é o resultado parcial de uma série de questionamentos e ações que são de importância vital para o conjunto populacional. Debruçar-se sobre ela (a crise) não é tarefa simples, mas, sem dúvida, é urgente. Sobre isso, Pelbart acrescenta: “crise, catástrofe, colapso, (...) são as condições de possibilidade para uma mutação subjetiva, existencial, vital, qualquer de contextos micro ou macro” (PELBART, 2010). Temos ativado, então, um campo de lutas menores, mas nem por isso desqualificável. Entendemos que as iniciativas microssociais apresentam-se como uma espécie de resistência aos ataques frequentes que vemos efetuar-se contra a natureza. Porém, cabe dizer que sob essa perspectiva teórica, a resistência não é apenas uma oposição, ou seja, a resistência

[...] não se reduz à mera recusa. Ela faz-se ação primeira nas pequenas conexões inusitadas e inesperadas, nas disjunções e invenções que confundem e atrapalham a boa execução das formas de controle, levando ao limite aquilo que está naturalmente legitimado enquanto regra geral de conduta. É assim que as ações de resistência colocam em movimento a invenção de novas maneiras de viver (MANSANO, 2013, p. 148).

A diversidade de movimentos sociais ligados à preocupação e preservação do meio ambiente, em alguma medida, vai nessa direção. São ações variadas que podem ser realizadas por cidadãos comuns, por músicos, artistas plásticos e redatores de *blogs*, mas também por movimentos mais estruturados sob a forma de ONGs que participam sistematicamente dos debates políticos e empresariais. No entanto, resistir não constitui uma prática fácil e coloca em curso várias interrogações, uma vez que remete a

(...) um exercício de produção de si e do outro que não admite prescrições generalizáveis sobre as melhores condutas a serem fornecidas por algum especialista contratado. (...) as linhas de resistência vão sendo desenhadas lentamente à medida que novas forças entram em cena, afetando o corpo e produzindo ações, sensações, afetos e compostos que outrora poderiam ser completamente desconhecidos. Sendo a resistência imediatamente ato, (...) as condições pelas quais é possível agir e exercer o máximo poder do corpo tanto para afetar quanto para ser afetado pelos encontros, produzindo linhas de diferenças e misturas (MANSANO, 2013, p. 150).

Nesta perspectiva de análise, resistir torna-se uma ação política que faz circular as invenções e práticas microssociais de novas formas de vida que não estão necessariamente comprometidas com regras universais nem com ganhos econômicos. Isso é notável na multiplicidade de iniciativas que se vêm consolidando a favor da preservação do meio ambiente por inúmeros agentes que estão espalhados pelo globo e agindo localmente. Estes

agentes e práticas podem ser caracterizados como microiniciativas que lutam por criar espaço de ação e, no nosso entendimento, não podem ficar distantes do interesse de estudo de uma área como a da administração.

#### 4. As iniciativas microsociais

Além das conferências internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade, bem como do conjunto de políticas públicas e leis elaboradas com o objetivo de proteger e organizar a exploração da natureza, existe inúmeras iniciativas microsociais, realizadas por indivíduos anônimos que dedicam parte de seu dia e da sua existência às questões ligadas ao meio ambiente. Em documentos de domínio público como jornais, revistas, *blogs* e *sites* é possível encontrar relatos de pessoas que compartilham suas práticas e organizam movimentos sociais sobre essa temática. É importante notar que as diferentes iniciativas governamentais para legitimação e promoção de políticas ambientais envolvem uma ação macrossocial, ou seja, trata-se de uma intervenção política com características mais generalizantes que busca, pela via da lei e das políticas públicas, abordar os problemas ambientais por meio de um escopo regulador maior: o Estado. Nessa perspectiva, a macropolítica envolve um conjunto racionalizado de ações que são executadas com o apoio da organização estatal e suas mais diferentes campanhas de proteção e fiscalização.

No entanto, diante da complexidade que o sistema político global gera, com seus agravantes de corrupção, falta de apoio de algumas nações e desrespeito às leis, é notável que o cidadão comum está cada vez mais bem informado e conectado aos problemas do meio ambiente, tomando atitudes, por vezes “invisíveis” diante de um contexto global, que prezam pela preservação e cuidado do meio ambiente. Sobre essas ações, Deleuze e Guattari (1996) explicam: “nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto” (p. 67). Tal consideração põe em xeque a existência de uma única maneira de organizar as nações, que é a via estatal voltada para a ordem, a racionalidade e a regra, e chama a atenção para as práticas locais e microsociais que se espalham pelas diferentes regiões do planeta, contando com agentes distintos e práticas díspares.

É importante notar que tanto as ações políticas governamentais desencadeadas a partir das conferências internacionais sobre meio ambiente quanto essas práticas cotidianas efetuadas pelo cidadão atravessam-se e se compõem, abrindo espaços para emergência de ações específicas como as lutas pela criação e formalização dos parques nacionais de proteção (no caso do Brasil) e a fundação das ONGs de proteção ao meio ambiente. Essas iniciativas colocam em curso um debate entre vários atores sociais que engloba desde os profissionais ligados à área de biologia e jornalismo até a população em geral que tem como diferencial o saber do cotidiano construído na sua região. Assim, pode-se dizer que a dimensão política presente no debate sobre o meio ambiente passa pela complexa rede de relações que abarca tanto as ações governamentais e aquelas ligadas à produção acadêmica, quanto à ação realizada em nível local, pelo cidadão comum. Cada uma delas comporta dimensões políticas, porquanto se voltam para uma problemática que atinge o coletivo populacional e que produz efeitos sobre todos, independentemente de seu grau de implicação com a questão ambiental. Analisando a questão em sua obra “Três ecologias”, que envolvem o ambiente, o social e a produção de subjetividade, Guattari alerta para o fato de que

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva



deterioração. As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra frequentemente "ossificada" por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão (GUATTARI, 1997, p. 7).

Diante de tais problemas que assolam a vida atualmente, a preocupação com o meio ambiente tende a ficar sufocada ou ser considerada de responsabilidade exclusiva do Estado. Entretanto, existem alguns movimentos ambientalistas, realizados por meio das ONGs ambientais, que mostram a crescente preocupação da população com as questões ambientais. Estudos realizados por Jacobi (2003) procuraram compreender a atuação de ONGs ambientais. Ele relata que em meados da década de 1980, segmentos do ambientalismo brasileiro passam a entender a importância de ampliar a conexão com os segmentos sociais menores, estabelecendo um diálogo com grupos comunitários de diferentes tipos, desde aqueles que lutavam em prol do abastecimento de água até os movimentos de seringueiros e índios na Amazônia. Para o autor, a partir dessa época algumas ONGs iniciam uma mudança de postura, estabelecendo diálogo com economistas ou empresários, por entenderem que ecologia e economia não são incompatíveis.

Outras iniciativas microssociais de preocupação com o meio ambiente também ganham contornos nos últimos anos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras organizações que realizam pesquisas estatísticas, como o Instituto Vox Populi e o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) têm mostrado que a preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente aumentou consideravelmente neste século. Isso é notável nos mais diversos portais de notícias e jornais da *internet*. No portal "Ambiente Brasil", por exemplo, uma matéria datada de 22/05/2006 anunciava o aumento da conscientização do brasileiro em 30% nos últimos 15 anos em relação ao meio ambiente. A pesquisa foi realizada, em março daquele ano, pelo Instituto Vox Populi, que buscou ouvir a opinião da população sobre várias questões relativas à biodiversidade. Ela faz parte da série histórica (1992, 1997, 2001) que o Ministério do Meio Ambiente realizou com o objetivo de monitorar o crescimento da consciência ambiental no país e de acompanhar as oscilações de opinião sobre temas chave da agenda ambiental. A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou naquela época que esse tipo de pesquisa, com uma série histórica, serve como ferramenta importante para que se possa ter uma orientação balizadora das políticas públicas. Para tanto disse: "É um dado muito positivo o fato de ter aumentado significativamente a conscientização dos brasileiros em relação ao meio ambiente e sua proteção, e isso faz a diferença, até porque, esse crescimento é muito significativo de 2002 para cá" (AMBIENTE BRASIL).

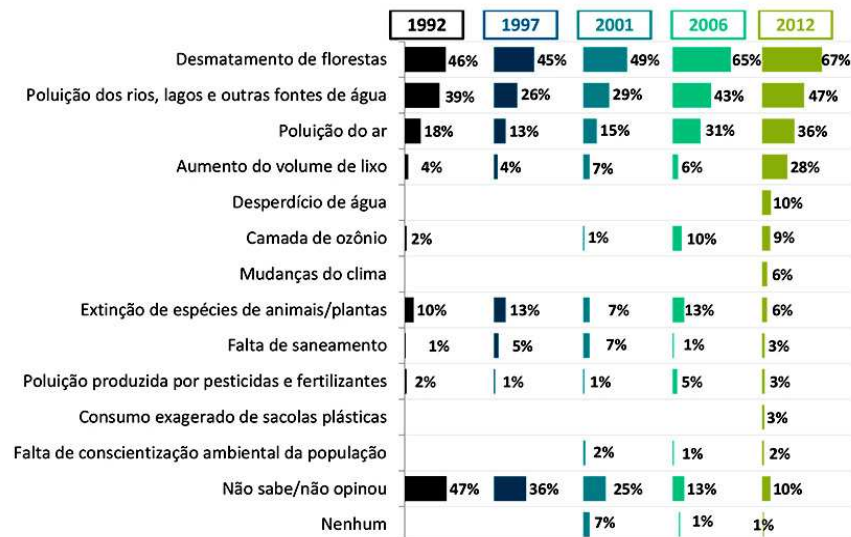
Ainda segundo o portal de notícias, o estudo mostrou o domínio, por parte da população entrevistada, de conceitos relativamente complexos, como o "efeito estufa" e a "biodiversidade", e sua crescente preocupação com a ameaça aos principais biomas brasileiros. Os brasileiros elegeram como principais problemas ecológicos do país o desmatamento e a poluição de rios, lagos e lagoas (65%), mostrando um crescimento nessa preocupação em relação aos estudos anteriores no qual a média era de 48%. Outro ponto de destaque é que as questões relativas à biodiversidade são entendidas pelos brasileiros como questões de uma "agenda verde", ou seja, demandam o trato urgente por parte do governo e de políticas públicas de proteção de fauna e flora.

Alguns anos à frente, outro portal de notícias, o "Jornal da Ciência", anunciava o crescimento da preocupação ambiental com o seguinte título: "Meio ambiente é preocupação para 94% dos brasileiros entrevistados pelo Ibope". De acordo com a matéria, a preocupação dos brasileiros com o aquecimento global e problemas ambientais, de uma forma geral, aumentou nos últimos anos, segundo uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope a pedido da

Confederação Nacional da Indústria (CNI). O percentual de pessoas que se declaram preocupadas com o meio ambiente aumentou de 80%, em 2010, para 94%, em 2011. Além disso, 44% dos entrevistados afirmaram que a proteção ao meio ambiente tem prioridade sobre o crescimento econômico, comparado a 30% anteriormente. Apenas 8% disseram que o crescimento econômico é prioritário, e 40% acreditam que é possível conciliá-los.

Ainda nessa mesma pesquisa, quando abordadas as mudanças climáticas, 79% consideram que o aquecimento global é causado pelo ser humano e o percentual que avalia esse aquecimento um problema "muito grave" aumentou de 47%, em 2009, para 65%, em 2011. Entre os entrevistados, 66% classificaram o aquecimento global como "um problema imediato, que deve ser combatido urgentemente". No entanto, o desmatamento é o problema ambiental que mais vem preocupando os brasileiros, sendo citado por 53% dos entrevistados na ocasião. Em seguida apareceu a poluição das águas, citada por 44% das pessoas, e o aquecimento global, por 30% (JORNAL DA CIÊNCIA). Alguns dos principais problemas ambientais apontados pelos brasileiros podem ser visualizados na Figura 1.

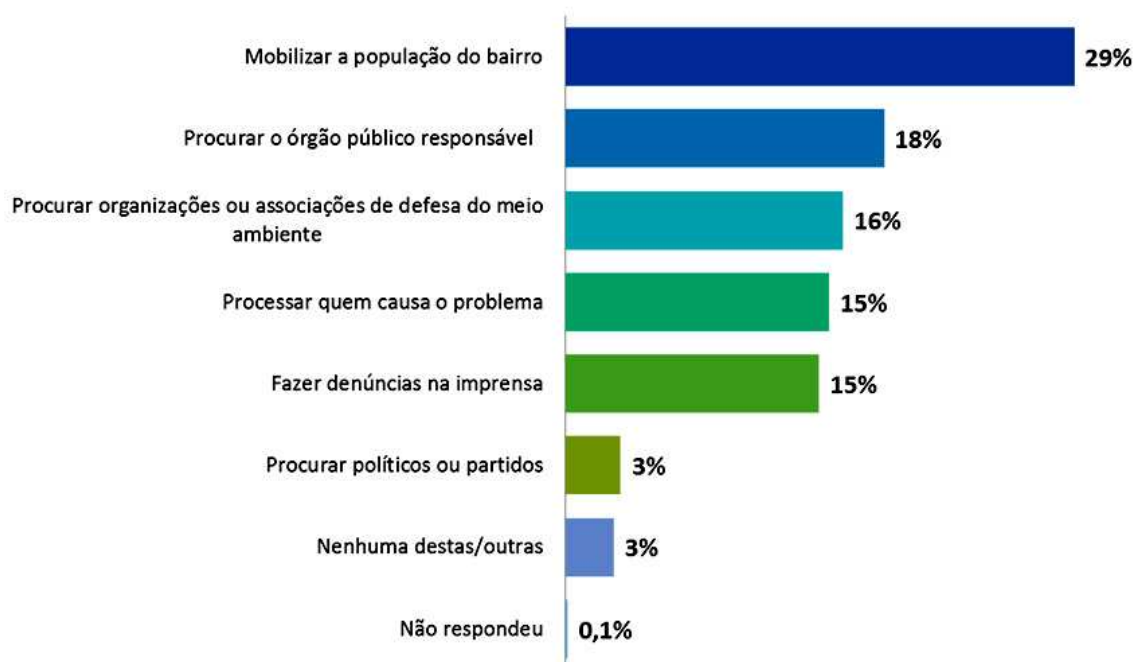
**Figura 1 – Principais problemas ambientais do Brasil (comparação)**



Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012.

Trata-se de uma pesquisa sobre a opinião do brasileiro em relação ao meio ambiente e sustentabilidade, realizada pelo Governo Federal e pelo Ministério do Meio Ambiente, com execução do Instituto de Pesquisas CP2. Com base nos dados apresentados até aqui e mediante a comprovação empírica do aumento da preocupação ambiental por parte da população, pode-se notar a presença cada vez maior dos variados micro movimentos de preservação ambiental em nosso país. Nesse contexto, a reação às práticas degradantes do meio ambiente é variada e se manifestam na forma governamental, não governamental, empresarial e também na mobilização de pequenos grupos, como mostra a Figura 2 sobre a opinião do brasileiro sobre as alternativas de solução dos problemas ambientais:

**Figura 2 – Melhor alternativa para solucionar problemas ambientais**



Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012.

Nota-se o maior percentual entre aqueles que acreditam que a melhor forma de mobilização está na organização de bairros, ou seja, na instância local das pessoas que convivem diretamente com determinados problemas. Nesse sentido, a título de exemplificação, cabe descrever um estudo que analisou a disseminação dessa prática microsocial. A pesquisa envolveu uma espécie de denúncia ambiental realizada em um movimento de artistas ligados à MPB (Música Popular Brasileira) do Nordeste do nosso país. Para os autores:

O trabalho assume que a poesia veiculada nas músicas de artistas que trafegam na MPB-NE pode ser usada por movimentos sociais como importante elemento disseminador do esforço de luta, tanto contra a degradação do meio ambiente, em particular, como das condições humanas de vida, em geral. Na particularidade, as vozes podem ser interpretadas como denúncia crítica do artista compositor-cantador-letrista nordestino em relação ao grave problema da degradação da fauna, flora e ambientes naturais no Brasil, e os movimentos sociais podem e devem usá-las em suas atuações ambientalistas concretas. A arte pode, assim, ser considerada como importante instrumento de expressão da cultura de resistência. O objetivo buscado no artigo é evidenciar as fontes diretas de manifestação desta relevante riqueza sociocultural, aqui concebida como vozes da resistência à degradação ambiental (SENA; MATOS, 2012, p. 770).

O movimento debruçou-se em três linhas de reação: à degradação da fauna e flora, ao desmatamento florestal e à degradação de ambientes naturais circunscritos às cidades. Foram analisadas cinco músicas, cujos autores ditos pertencentes à classificação MPB-NE eram nascidos na região. Vários outros artistas regionalistas, que também incluem em suas obras conteúdo de críticas à degradação ambiental, foram citados. Entre eles, os compositores-cantadores mineiros Dércio Marques e Doroty Marques, em Cantos da Mata Atlântica, disponibilizam rico material poético-ecológico em defesa da mata atlântica. Também o famoso pernambucano Luiz Gonzaga, em seu “Xote Ecológico”, denuncia explicitamente os efeitos danosos da poluição (SENA; MATOS, 2012).

Cabe dizer que essas práticas microssociais, uma vez multiplicadas e disseminadas no cotidiano, agregam uma força política que em larga medida extrapola os valores capitalistas que mantêm o foco de seus investimentos exclusivamente na produção de lucro. Sobre isso, Derrida faz o seguinte alerta: “É preciso desativar em toda parte os efeitos de cálculo econômico, nem que seja para saber claramente onde somos afetados pelo *outro*, isto é, pelo imprevisível, pelo acontecimento” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 66). As práticas microssociais, por diferentes vias, protagonizam essa desativação e colocam em evidência o debate sobre o tipo de vida que desejamos para a comunidade a que pertencemos e para o planeta.

### Considerações Finais

Ao final deste percurso investigativo, é possível considerar que os movimentos microssociais, apesar de ainda terem pouca visibilidade, abarcam iniciativas e práticas que são de grande importância para o debate sobre a sustentabilidade. O movimento de cantores anteriormente analisado é um dos casos que oferece subsídios para compreendermos como as microiniciativas têm produzido ações em prol do meio ambiente como uma espécie de linha de resistência em relação ao cenário de degradação ambiental atual. Nas práticas microssociais há um forte sentido de criação e originalidade que encontra ressonância também no trabalho realizado por algumas bandas de *rock* do gênero *hard core*, marcadamente conhecidas por seu teor musical crítico e denunciante da problemática ambiental. Destacam-se também os inúmeros *blogs* e práticas elaborados pelo cidadão comum que busca atingir e envolver o seu contexto social.

Pelbart afirma que as iniciativas microssociais atestam a “potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças, de novas associações e novas formas de cooperação” (PELBART, 2003, p. 23). No viés da criação e da resistência disseminadas nos micromovimentos ambientais, o autor faz importante declaração: “A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é potência do homem comum. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada, torna-se quantidade social” (PELBART, 2003, p. 23).

Nesse sentido, acreditamos que a área de administração ainda carece de pesquisas mais situadas e voltadas para os saberes produzidos no cotidiano que desconstruam os saberes hegemônicos sobre o humano e suas relações sociais e produtivas. Agravando essa situação, é comum nos depararmos com a desqualificação de estudos microssociais, uma vez que eles não se ocupam necessariamente das grandes teorias organizacionais já devidamente estruturadas em paradigmas legitimados por pesquisadores e profissionais da área.

Entretanto, não estaria situada precisamente nesse limite da área uma oportunidade para avançar nos estudos sociais aplicados, tomando em consideração precisamente aquilo que escapa aos grandes paradigmas? Se assim for, acreditamos que, além da busca pela aplicabilidade, a administração tem o grande desafio de abrir-se para uma vertente mais crítica e analítica, como já o faz de maneira consistente, apesar de ainda tímida. Explorando o limite como uma oportunidade, tal qual dito por Pelbart (2010), é possível abrir-se para uma vertente mais problematizadora e complexa que, apesar de estar dando seus primeiros passos, pode acolher o desafio de aproximar-se das práticas cotidianas voltadas para a sustentabilidade e lançar-se no diálogo com os saberes locais, móveis e descentralizados.

## Referências

- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.
- AMBIENTE BRASIL. **Pesquisa mostra crescimento da consciência ambiental no Brasil**. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2006/05/22/24797-pesquisa-mostra-crescimento-da-consciencia-ambiental-no-brasil.html>>. Acesso em: 29/05/2013.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. 3º vol. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã...** Diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- FEATHERSTONE, M. (Ed.). **Postmodernism**. Newbury Park, CA: Sage, 1988.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GALLO, E.; SETTI, A. F. F.; MAGALHÃES, D. de P.; MACHADO, J. M. H.; BUSS, D. F.; NETTO, F. de A. F.; BUSS, P. M. Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1457-1468, 2012.
- GUATTARI, F. **As Três ecologias**. Campinas: Papirus, 1997.
- HASSARD, J. PARKER, M. (Eds.). **Postmodernism and organizations**. Londres; Sage, 1993.
- JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.) **Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003**.
- JORNAL DA CIÊNCIA. **Meio ambiente é preocupação para 94% dos brasileiros entrevistados pelo Ibope**. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=82261>>. Acesso em: 29/05/2013.
- KELLNER, D. Postmodernism as social theory: some challenges and problems. **Theory, Culture and Society**, 5 (2-3): 239-269, 1988.

LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

MANSANO, S. R. V. Traçados diagnósticos sobre a vida contemporânea. In: NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. (Orgs). **Michel Foucault em múltiplas perspectivas**. Londrina: Eduel, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: Pesquisa nacional de opinião: principais resultados** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. – Rio de Janeiro: Overview, 2012.

MOTA, J. A. **O valor da natureza: Economia e Política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001a.

MOTA, C. R. As principais teorias e práticas de Desenvolvimento. In: BURSZTYN, M.(Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001b.

PARKER, M. Post-modern organizations or postmodern organization theory? **Organization Studies**, 13: 1-7, 1992.

PELBART, P. P. “**Una crisis de sentido es la condición necesaria para que algo nuevo aparezca**”. 2010. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/fueradelugar/124/una-tesis-de-sentido-es-la-condicion-necesaria>>. Acesso em: 01/06/2013.

PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. SP: Editora Iluminuras, 2003.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

SENA, A. M. C.; MATOS, F. R. N. Vozes sem eco entoadas no Nordeste do Brasil: construtos de resistência à degradação ambiental. **Cad. EBAPE. BR**, v. 10, nº 3, opinião 6, p.769–778, Rio de Janeiro, 2012.

SILVERWOOD-COPE, K. O.; VILLARROEL, L. C. L.; SERKEIS, A. P. M.; KAMBER, A. **Mudanças climáticas**. Brasília: MMA, 2011.

WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo: transformando culturas. Do consumismo à sustentabilidade**. Salvador: UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica, 2010.